

A maior revisão da história do INSS volta à pauta do Supremo

A Revisão da Vida Toda é uma ação judicial que busca recalcular aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Brasil. O objetivo é incluir contribuições feitas antes de julho de 1994, período anterior à implementação do Plano Real, no cálculo dos benefícios. Essa proposta visa beneficiar aposentados que contribuíram de forma significativa antes dessa data, mas que não tiveram essas contribuições consideradas no cálculo de suas aposentadorias.

Inicialmente aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2022, a revisão foi posteriormente derrubada em 2024. A decisão gerou debates sobre a constitucionalidade da regra de transição estabelecida na reforma da Previdência de 1999. A revisão da vida toda tem sido um tema de grande interesse para aposentados e especialistas em Direito Previdenciário, devido ao impacto financeiro que pode ter para muitos beneficiários do INSS.

Por que o STF está revisitando o tema?

O Supremo Tribunal Federal está revisitando o tema da Revisão da Vida Toda devido aos embargos de declaração no recurso extraordinário 1.276.977. A expectativa é que os ministros analisem a possibilidade de modular os efeitos da decisão anterior, definindo regras específicas sobre quem pode ser afetado pelo julgamento. Isso é especialmente relevante para aposentados que já receberam valores por meio da revisão.

A mudança do julgamento do formato presencial para o virtual gerou divergências entre especialistas. No plenário virtual, os ministros apresentam seus votos por escrito, sem discussões presenciais, o que pode limitar alterações de posicionamento durante a votação. Advogados que acompanham o caso acreditam que essa dinâmica reduz as chances de reversão de votos e limita o espaço para convencimento entre os ministros.

Quais são as expectativas dos aposentados?

Os aposentados que ingressaram com ações judiciais antes da reversão do entendimento esperam que o STF assegure segurança jurídica. Especialistas em Direito Previdenciário, como Adriane Bramante e João Badari, defendem a modulação dos efeitos da decisão para proteger os direitos adquiridos por esses

aposentados. A modulação pode garantir que aqueles que já receberam valores não precisem devolvê-los, embora os benefícios devam retornar ao valor original, sem a revisão.

Essa expectativa de modulação é importante para evitar que mudanças abruptas nas interpretações das leis prejudiquem os cidadãos. O princípio da segurança jurídica busca proteger os indivíduos de decisões judiciais que possam alterar significativamente suas condições financeiras.

Como o histórico jurídico influencia o julgamento atual?

O debate sobre a Revisão da Vida Toda começou em 2015 e passou por várias instâncias judiciais, incluindo o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em 2019, o STJ aprovou a tese da revisão, permitindo a inclusão de contribuições anteriores ao Plano Real no cálculo de aposentadorias. No entanto, o caso chegou ao STF em 2020 e enfrentou diversos adiamentos.

Em 2022, o STF aprovou a tese por 6 votos a 5, mas a decisão foi reaberta em 2023. Em março de 2024, o Supremo derrubou a tese, consolidando o entendimento de que não há direito à revisão com base em contribuições anteriores a julho de 1994. O julgamento atual dos embargos de declaração busca definir quem será afetado pela decisão final, com foco na segurança jurídica.

Qual é o impacto esperado da decisão do STF?

Com a nova fase do julgamento marcada para junho de 2025, a expectativa é que o STF encerre a discussão sobre a Revisão da Vida Toda. A decisão deverá orientar os tribunais inferiores e o próprio INSS sobre como proceder nos processos ainda em andamento. Especialistas alertam que, após o julgamento, aposentados que ainda não acionaram a Justiça dificilmente conseguirão obter qualquer benefício com base na tese.

O entendimento do STF é crucial para garantir a segurança jurídica e a estabilidade das regras previdenciárias no Brasil. A decisão final deverá esclarecer as diretrizes para futuros casos e assegurar que os direitos dos aposentados sejam respeitados, conforme as normas estabelecidas pela legislação vigente.

<https://monitordomercado.com.br/noticias/264028-a-maior-revisao-da-historia-do-inss-volta-a-pauta-do-supremo/>

Veículo: Online -> Site -> Site Monitor do Mercado